

UMA GRANDE VITÓRIA DA CATEGORIA E DA SOCIEDADE CONTRA A COMPRA TEMERÁRIA DO BANCO MASTER

Em uma decisão considerada histórica para os bancários e para a população do Distrito Federal, o Banco Central barrou no último dia 3 a compra do Banco Master pelo BRB. A operação, estimada em R\$ 2 bilhões, previa a aquisição de 58% do capital do Master, incluindo 100% das ações preferenciais e 49% das ordinárias, e foi derrubada após meses de questionamentos e intensa pressão do Sindicato.

Desde antes do anúncio oficial da negociação, o Sindicato já alertava para os riscos de uma compra considerada obscura, que poderia abrir caminho para a captura de um banco público por interesses privados e comprometer a solidez do BRB. Foram protocoladas representações no Banco Central, no Ministério Público e na CVM, além de denúncias de indícios de irregularidades graves, como triangulação de recursos e manobras que poderiam lesar o interesse coletivo (leia nas páginas 2 e 3).

A operação já havia recebido parecer contrário do MPDFT por ter sido iniciada sem aval do Legislativo e dos acionistas. Embora a Câmara Legislativa tenha aprovado o Projeto de Lei que autorizava a compra, a palavra final cabia ao Banco Central, que antecipou o posiciona-

mento e comunicou o veto oficialmente aos investidores.

O Sindicato também denunciou supostas ligações de gestoras do Banco Master com esquemas criminosos, o que reforçou a necessidade de suspensão da negociação.

ATO CELEBRA ÊXITO DA MOBILIZAÇÃO

No dia 5 passado, bancários e dirigentes sindicais realizaram ato em frente à sede do BRB, na CNC, para celebrar a decisão do BC.

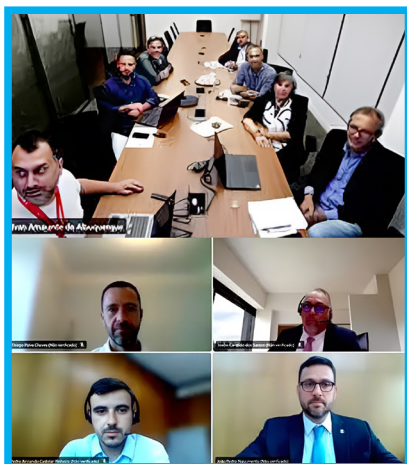
Segundo o secretário de Estudos Socioeconômicos do Sindicato, **Daniel Oliveira**, a decisão técnica do Banco Central “foi baseada nas denúncias feitas pelos funcionários do BRB e levadas pelo Sindicato, que identificou irregularidades na compra de carteiras junto ao Banco Master”. Já a diretora administrativa do Sindicato, **Samantha Sousa**, destacou que o momento foi de celebração, “mas a luta continua, para derrubar o PL aprovada na Câmara”.

O diretor de Comunicação do Sindicato, **Ronaldo Lustosa**, lembrou que a entidade esteve ao lado dos trabalhadores em todas as etapas: “Lutamos muito nessa pauta e celebramos a vitória do bom senso, agradecendo a todos que nos ajudaram na defesa do patrimônio do povo de Brasília”.

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, o BRB decidiu, ainda na tarde de sexta-feira, não recorrer da decisão do Banco Central, postura diferente da sinalizada dois dias antes. O Sindicato reafirmou que seguirá vigilante para impedir que negócios prejudiciais comprometam o futuro do BRB e de seus trabalhadores.



A LUTA CONTRA A COMPRA D



Antes mesmo de se tornar oficial a operação de compra de parte do Banco Master pelo BRB, o Sindicato dos Bancários de Brasília inicia uma mobilização permanente para alertar a sociedade, os órgãos de controle e o corpo técnico do próprio banco sobre os riscos envolvidos na negociação. A entidade denuncia que a transação, avaliada em bilhões de re-

ais, não traz benefícios à população do Distrito Federal e favorece apenas interesses privados. Além disso, o Sindicato defende que a operação precisa passar pelo crivo da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), a fim de garantir transparência e respeito às instâncias de controle democrático. Confira a linha do tempo das ações do Sindicato:

NOVEMBRO DE 2024

- Sindicato e deputada Erika Kokay se reúnem com a CVM para tratar de assuntos relacionados ao BRB.

DEZEMBRO DE 2024

- Sindicato denuncia que a realidade financeira do BRB contrasta com o discurso oficial.
- Sindicato e deputada Erika Kokay se reúnem com o Banco Central para tratar de assuntos relacionados ao BRB.

FEVEREIRO

- Bancários protestam em frente ao BRB contra a presidência do banco.
- **Transparência** – Sindicato cobra do BRB transparência sobre Termo de Compromisso firmado com o Banco Central.
- **Ato em defesa do BRB** – O Sindicato promove grande manifestação exigindo a saída de Paulo Henrique da presidência do banco e cobrando providências do governador contra a “cultura do medo” instalada na instituição. Também exige transparência sobre o termo de compromisso assinado entre o BRB e o Banco Central.



MARÇO DE 2025

- **Análises** – O Sindicato realiza estudos sobre a operação. As análises apontam que a negociação favorece apenas os banqueiros, sem trazer benefícios para a população do DF.
- **Reunião no TCDF** – Sindicato e deputada Erika Kokay denunciam irregularidades no BRB.
- **Vídeo** – Sindicato denuncia supostas irregularidades no BRB e alerta para riscos na gestão do banco.
- **Nota pública** – O Sindicato manifesta preocupação com risco de gestão temerária da atual diretoria do BRB na operação de compra do Banco Master.



ABRIL

- O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) informa, no dia 1º, que abre investigação sobre a compra do Banco Master pelo BRB.
- **Reclamação ao Banco Central** – O Sindicato formaliza denúncia pedindo intervenção do BC para impedir a concretização da aquisição, por representar ameaça à higidez do sistema financeiro.
- **Ação Popular** – O Sindicato ingressa na Vara de Fazenda Pública do DF questionando judicialmente a aquisição do Banco Master pelo BRB. O processo segue em andamento.
- **Representação no MPF** – O Sindicato protocola denúncia na Procuradoria Regional da República/DF, acusando o BRB de improbidade administrativa e gestão temerária.



- **Atividade sindical** – Delegados do BRB participam de reunião estratégica e realizam manifestação em defesa do banco.

O BANCO MASTER PELO BRB



Ato na CLDF – Em frente à Câmara Legislativa, o Sindicato protesta contra a compra, cobrando que a operação seja submetida ao crivo da Casa Legislativa. Faixas exibem frases como: “O BRB não é uma casa de apostas”.

Ação judicial – O Sindicato recorre ao TJDF para suspender a aquisição, após indeferimento de liminar em primeira instância.

Estudo do Dieese – Levanta preocupações sobre a situação financeira do Banco Master e do Will Bank.

Ofício ao MPDFT – O Sindicato solicita audiência junto à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social, em razão da abertura de inquérito civil sobre a operação BRB–Banco Master.



Denúncia de irregularidades – Após revelação feita por O Globo, o Sindicato cobra transparência. Auditoria do BC aponta irregularidades na venda de ativos do Master ao BRB desde 2024.



JULHO

Sindicato coordena ação contra a gestão do BRB e denuncia riscos à gestão pública.

Denúncia à CVM – O Sindicato protocola representação sobre possíveis violações às regras do mercado de capitais na aquisição de ações do BRB por fundos ligados à Master Corretora.



MAIO

Decisão judicial – Atendendo ao MPDFT, o juiz Carlos Fernando Fecchio (1ª Vara de Fazenda Pública do DF) concede liminar proibindo o BRB de assinar contrato definitivo de aquisição do Banco Master.

Mobilização no Eixão do Lazer – Bancárias e bancários do BRB se reúnem em defesa da instituição pública e da categoria.

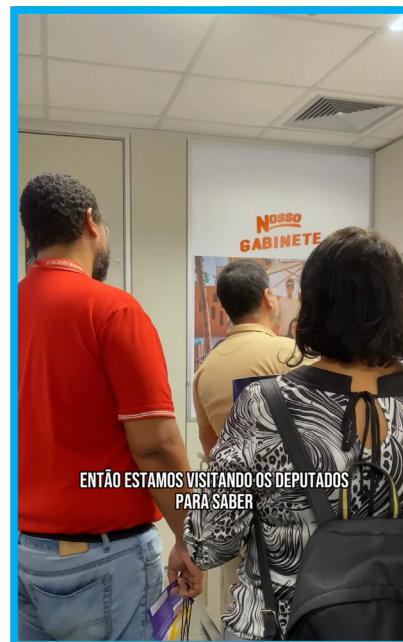


JUNHO

Pressão sobre a CLDF – O Sindicato denuncia decisão da Câmara Legislativa de não exigir análise prévia para a operação de R\$ 2 bilhões, o que permitiria concretizá-la sem debate institucional.

Contestação no Cade – O Sindicato recorre contra aprovação da compra pelo órgão de defesa da concorrência.

Ato no Centro Administrativo do BRB (CNC) – Protesto contra a aquisição do Master, exigência de convocação dos aprovados no concurso de 2022 e denúncia contra práticas de assédio no banco.



AGOSTO

Diretores do Sindicato ocupam a Câmara Legislativa em uma rodada de visitas a diversos gabinetes.

CLDF – O Sindicato protesta contra o PL 1881/2025, enviado pelo governador Ibaneis com urgência, que autoriza a compra. O TJDF reafirma que a transação depende de autorização da CLDF e da assembleia de acionistas.

Artigo – O presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, publica o texto “BRB e Master: a quem interessa essa operação?”.

Aprovação da compra – Enquanto a CLDF aprova o projeto, denúncias da CVM revelam indícios de crimes financeiros envolvendo o Banco Master, incluindo aporte irregular de R\$ 361 milhões na empresa Clínica Mais Médicos S.A., de estrutura incompatível com o valor.

Operação Carbono Oculto – Diante do envolvimento de instituições ligadas ao Banco Master em investigações do Gaeco e da Receita Federal, o Sindicato pede a suspensão imediata da compra.



JUSTIÇA CONDENA BRB A PAGAR 7ª E 8ª HORAS COMO EXTRAS A AUXILIARES ADMINISTRATIVOS

A Justiça do Trabalho proferiu duas sentenças recentes contra o BRB em ações movidas pelo Sindicato, reconhecendo o direito de trabalhadoras que exerciam o cargo de auxiliar administrativo ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.

Na primeira decisão, proferida pela 3ª Vara do Trabalho de Brasília, o juiz Renan Pastore Silva destacou que “as atividades desempenhadas pela parte autora não eram de confiança, mas tarefas simples e ordinárias, meramente burocráticas”. O magistrado condenou o banco ao pagamento da 7ª e 8ª horas no período de junho de 2011 a junho de 2012.

Na segunda sentença, a 7ª Vara do Trabalho de Brasília, sob a condução do juiz Gustavo Carvalho Chehab, também afastou a tese de cargo de confiança, registrando que “o cadastro de balanços



e de comprovante de renda e eventual conferência e mera análise não são suficientes para ensejar o enquadramento na jornada bancária de 8 horas”. A decisão igualmente reconheceu o direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas.

Apesar de o excesso de jornada dos auxiliares administrativos do BRB ter acabado em 2012, o prazo para ajuizar ações foi interrompido por questões sindicais. Por isso, a contagem só começou em julho de 2024, fazendo com que o prazo de dois anos vá até julho de 2026. Assim, todos que exerceram a função, inclusive aposentados e desligados, ainda podem cobrar na Justiça o pagamento da 7ª e 8ª horas.

Para mais informações sobre esta ação, o atendimento pode ser agendado na Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindicato pelo WhatsApp (61) 99603-2833.

BRB PRECISA CONTRATAR EXCEDENTES PARA GARANTIR ATENDIMENTO E CUMPRIR PAPEL SOCIAL

Em reunião recente, o BRB reafirmou que os candidatos aprovados fora do número de vagas não integram o cadastro de reserva, limitando as convocações apenas aos classificados dentro das posições previstas no edital.

O Sindicato contestou o posicionamento e defendeu o aproveitamento dos excedentes, destacando que todos os aprovados, inclusive aqueles além do número de vagas, foram considerados aptos em todas as etapas do concurso. A entidade também lembrou que órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do DF (TCDF), orientam que a administração deve

priorizar candidatos já aprovados antes de abrir novos certames, em respeito ao princípio da eficiência.

Para o movimento sindical, ampliar o aproveitamento de aprovados é medida urgente diante do déficit de pessoal nas agências. A convocação dos excedentes permitiria economia de recursos, melhoria no atendimento à população e valorização de quem já demonstrou capacidade técnica.

O BRB foi criado para desempenhar um papel estratégico na execução de políticas públicas, no apoio a programas sociais e no financiamento do desenvolvimento econômico e



social do Distrito Federal e de seu entorno. Esse compromisso, no entanto, vem sendo colocado em risco pelo atual governo e pela administração do banco, que têm enfraquecido o papel social do BRB enquanto banco público, transformando-o numa instituição mais próxima da lógica privada, onde prevalecem apenas o lucro e o enxugamento da empresa.

Embora tenha contratado aprovados do concurso de 2022 para preencher vagas imediatas e do cadastro de reserva, o quadro de pessoal continua incompleto, causando sobrecarga para os trabalhadores e piorando o atendimento à população.

